



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF

SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center

3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142

Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900

Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423

E-mail: cress8@cressdf.org.br

CONTRATO Nº. 05/2024

Processo nº 020/2024/Administrativo/Licitações e Contratos Administrativos

CONTRATO EMPRESA ESPECIALIZADA EM
SERVIÇOS DE COFFEE BREAK EM
BRASÍLIA/DF PARA REALIZAÇÃO DE
EVENTOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
8ª REGIÃO E A EMPRESA LA CREPERIE

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 8ª REGIÃO - DF, autarquia federal sui generis, inscrita no CNPJ sob o nº 00.109.561/0001-23, com domicílio no SRTVN, Bloco B, Conjunto P – Edifício Rádio Center, Sala 3139, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.719-900, neste ato representado por sua Presidente KARINA APARECIDA FIGUEIREDO, brasileira, assistente social, regularmente inscrita no CPF sob o nº 892.720.056-04, portadora do RG nº M6178541 SP/MG, denominada CONTRATANTE, e a empresa **LA CREPERIE**, inscrita no CNPJ sob o 52.707.132/0001-51, com sede na QR 615 Conjunto 12 - Samambaia Sul, CEP: 72.331-814, aqui denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 020/2024, conforme cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de coffee break para realização do evento CURSO DE MULTIPLICAÇÃO DO PROJETO ÉTICA EM MOVIMENTO, nas condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------------|----------------------|--------------|
| 05 | CAFÉ DA MANHÃ | R\$ 30,00 por pessoa | RS 5.250,00 |
| 04 | LANCHE DA TARDE | R\$ 30,00 por pessoa | R\$ 4.200,00 |
| | | | R\$ 9.450,00 |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 30 dias, contados do dia 27/09/2024, data de início do CURSO DE MULTIPLICAÇÃO DO PROJETO ÉTICA EM MOVIMENTO, improrrogável, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1 O prazo de vigência poderá ser automaticamente prorrogado,



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF

SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center

3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142

Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900

Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423

E-mail: cress8@cressdf.org.br

independentemente de termo aditivo, se houver alteração nas datas de execução do mencionado evento, com o intuito de que o objeto seja concluído no período firmado, ressalvadas providências no caso de culpa do contratado, previstas neste termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação perfaz o valor total de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento seguirá o cronograma semanal do evento apresentado e será realizado da seguinte forma:

- a) O valor de R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa e reais) no dia 30/09/2024;



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF

SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center

3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142

Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900

Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423

E-mail: cress8@cressdf.org.br

- b) O valor de R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa e reais) no dia 07/10/2024;
- c) O valor de R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa e reais) no dia 17/10/2024;
- d) O valor de R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa e reais) no dia 21/10/2024;
- e) O valor de R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa e reais) no dia 28/10/2024

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no ETP e Projeto Curso de Multiplicação do Projeto Ética em Movimento;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao

fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as

obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto contratual pactuados nas respectivas data de realização do evento;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para

fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1) Moratória de 0,5 % (cinco. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 0, de 0,5 % a 20 % do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 0, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 0, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 0, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 0 a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os

casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.15. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.16. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.16.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item

anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.17. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.18. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.19. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.20. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.21. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.22. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização

por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.23. O contrato poderá ser extinto:

- a) caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas serão custeadas a partir da dotação orçamentária cujo código da conta contábil é 6.2.2.1.1.01.04.04.053.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF

SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center

3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142

Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900

Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423

E-mail: cress8@cressdf.org.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF

SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center

3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142

Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900

Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423


E-mail: cress8@cressdf.org.br

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.


Brasília, 26 de setembro de 2024.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 8ª REGIÃO – DF

Documento assinado digitalmente
 **KARINA APARECIDA FIGUEIREDO**
Data: 02/10/2024 18:25:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KARINA APARECIDA FIGUEIREDO

Presidente do CRESS/DF 8ª Região


Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MAGNO FONSECA JUNIOR**
Data: 30/09/2024 18:50:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS MAGNO FONSECA JUNIOR

LA CREPERIE

Testemunhas:

1. NOME E CPF

Documento assinado digitalmente
 **KAROLINE DE OLIVEIRA LAGO**
Data: 30/09/2024 19:04:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2. NOME E CPF

LEONARDO
VITOR NINA
SANTOS:03705
583166

Assinado de forma
digital por LEONARDO
VITOR NINA
SANTOS:03705583166
Dados: 2024.10.02
15:30:09 -03'00'

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/10/2024 | Edição: 191 | Seção: 3 | Página: 221

Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 8ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CRESS-DF

Contrato nº 05/2024 - Processo Administrativo nº 020/2024 - Licitações e Contratos Administrativos. Contratante: Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região - CRESS/DF. Contratada: CARLOS MAGNO FONSECA JUNIOR - CNPJ nº 52.707.132/0001-51. Objeto: Contratação de serviços de coffee break para realização do evento CURSO DE MULTIPLICAÇÃO DO PROJETO ÉTICA EM MOVIMENTO, no valor total de R\$9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais). Fundamento Legal: Art. 75, inciso II da Lei Nº 14.133/21. Vigência: O contrato será de 30 (trinta) dias, de 27 de setembro de 2024 até 27 de outubro de 2024. Leonardo Vitor Nina Santos. Coordenador Administrativo CRESS-DF.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2024 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFE BREAK

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2024
CELEBRADO ENTRE O CONSELHO REGIONAL
DE SERVIÇO SOCIAL DA 8ª REGIÃO – CRESS/DF
E A EMPRESA LA CREPERIE

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 8ª REGIÃO – CRESS/DF, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 00.109.561/0001-23, estabelecido no SRTVN, LOTE P, CONJUNTO P, ED. BRASÍLIA RADIO CENTER, SALA 3139, Brasília – DF, neste ato representado por sua Conselheira-Presidenta KARINA APARECIDA FIGUEIREDO, brasileira, portadora da CNH n. 00176806358 DETRAN/DF, denominado **CONTRATANTE**, e **LA CREPERIE**, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 52.707.132/0001-51, com sede com sede na QR 615 Conjunto 12 - Samambaia Sul, CEP: 72.331-814, doravante designada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **alteração das CLÁUSULAS PRIMEIRA, SEGUNDA E QUINTA do contrato nº 005/2024**, para elevar o valor global em 20%, passando de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) para R\$ 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais)**, em razão da inclusão de mais um dia de evento, e retificar o disposto na cláusula segunda quanto à possibilidade de prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE DE PARTICIPANTES DO EVENTO

2. Nova quantidade de eventos e correção do valor do global:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------------|----------------------|---------------|
| 06 | CAFÉ DA MANHÃ | R\$ 30,00 por pessoa | RS 6.240,00 |
| 05 | LANCHE DA TARDE | R\$ 30,00 por pessoa | R\$ 5.100,00 |
| | | | R\$ 11.340,00 |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO

3. Onde se lê: “2.1 O prazo de vigência da contratação é de 30 dias, contados do dia 27/09/2024, data de início do CURSO DE MULTIPLICAÇÃO DO PROJETO ÉTICA EM MOVIMENTO, improrrogável, na forma do art. 75, inciso VII, da Lei no 14.133/2021.

2.1.1 O prazo de vigência poderá ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, se houver alteração nas datas de execução do mencionado evento, cm o intuito de

que o objeto seja concluído no período firmado, ressalvadas providências no caso de culpa do contratado, previstas neste termo contratual.

3.1. Leia-se: 2.1 O prazo de vigência da contratação é de 30 dias, contados do dia 27/09/2024, data de início do CURSO DE MULTIPLICAÇÃO DO PROJETO ÉTICA EM MOVIMENTO, e poderá ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, se houver alteração nas datas de execução do mencionado evento, com o intuito de que o objeto seja concluído no período firmado, ressalvadas providências no caso de culpa do contratado, previstas neste termo contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.O pagamento do valor de 20% acrescido ao contrato, qual seja, R\$ 1.890,00, será pago ao fim do último serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5. Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6. O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região – CRESS/DF, providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente aditamento no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês a partir da sua assinatura.

E POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, PARA UM SÓ EFEITO, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO

BRASÍLIA, 08 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br KARINA APARECIDA FIGUEIREDO
Data: 08/10/2024 17:02:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KARINA APARECIDA FIGUEIREDO
Presidente do
CRESS/DF

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS MAGNO FONSECA JUNIOR
Data: 08/10/2024 16:42:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CARLOS MAGNO
FONSECA JUNIOR**
LA CREPERIE